

**AO ILMO(A). SR(A). AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE  
OLEGÁRIO/MG**

Credenciamento nº 001/2026

Processo nº 001/2026

Inexigibilidade nº 001/2026

Edital nº 001/2026

**VIVA MAIS CLÍNICA DE SAÚDE LTDA.**, CNPJ nº 55.317.379/0001-18, com sede na Rua Santa Rita, nº 165, Centro, Presidente Olegário/MG, neste ato representada por Juliano Gonçalves Quitiliano, por seus assessores jurídicos, vem, respeitosamente, interpor o presente: **RECURSO ADMINISTRATIVO, COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO e pedido e efeito suspensivo**, em face da decisão que indeferiu a impugnação ao Edital nº 001/2026, pelos fundamentos a seguir.

**I. OBJETO DO RECURSO E PEDIDO PRINCIPAL**

O presente recurso tem por objeto a reforma parcial da decisão que indeferiu a impugnação, para determinar:

(a) a publicação de **RETIFICAÇÃO CONSOLIDADA** do Edital nº 001/2026 (com incorporação das correções e esclarecimentos que alteram a compreensão das regras), e

(b) a **prorrogação do prazo para apresentação/inserção de toda a documentação de credenciamento por, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos**, contados **exclusivamente da data de publicação da retificação consolidada**, como marco único, formal e vinculante.

O pedido de prorrogação não se baseia na existência de “prazo mínimo legal” abstrato, mas na **necessidade objetiva de adequação operacional decorrente de novas regras, notadamente a limitação de subcontratação a 20%, que exige adaptação estrutural e documental, sob pena de restrição prática à participação e frustração do objetivo do credenciamento.**

## II. SÍNTESE DO OCORRIDO E DA CONTROVÉRSIA

A Recorrente impugnou o edital por prazo exíguo e incremento de exigências em comparação com o credenciamento anterior, com risco de restrição à participação e à competitividade.

Após a impugnação e pedidos de esclarecimento, o Município apresentou respostas técnicas e administrativas, além de aviso alterando datas operacionais, afirmando inexistência de alteração do edital, apesar de reconhecer, em resposta, a necessidade de retificação para sanar incoerência/erro material.

Paralelamente, as respostas definiram regra relevante de execução, com impacto direto na isonomia e na participação, especialmente: **limitação de subcontratação a 20% por quantidade de exames** e vedação, na prática, de credenciamento de unidade que opere intermediária.

## III. MÉRITO

**1) Marco temporal correto, a retificação consolidada é condição de segurança jurídica**

A Administração, ao responder esclarecimentos e ao indeferir impugnação, passou a sustentar interpretações e critérios que, na prática, definem o alcance do edital. Contudo, manter tais regras “espalhadas” em respostas e comunicações auxiliares gera insegurança jurídica e abre espaço para decisões discricionárias na habilitação.

Como o próprio Município afirma que, após a sessão inaugural, tende a limitar alterações e questionamentos, a única forma juridicamente segura de estabilizar o procedimento é **consolidar o texto editalício** com as correções e entendimentos oficiais que alteram a leitura das cláusulas.

Por isso, o marco de contagem do prazo de adequação e de apresentação de documentação deve ser **a publicação da retificação consolidada**, e não a data do edital original, nem a data de aviso com alteração de cronograma. Sem texto consolidado, não há referência normativa única e segura para exigir adequações estruturais.

## **2) Limitação de subcontratação a 20%: admissível em tese, mas exige motivação robusta e proporcionalidade**

A Lei nº 14.133/2021 admite subcontratação **nos limites autorizados pela Administração**, desde que prevista e disciplinada no edital/contrato. O ponto não é “pode ou não pode”, e sim **se o limite escolhido e a forma de cálculo são razoáveis, motivados e proporcionais** ao objeto.

A restrição de subcontratação a **20% por quantidade de exames** impacta diretamente a estrutura do prestador e sua estratégia operacional, porque transfere o eixo do credenciamento para capacidade própria de execução da fase analítica/pós-analítica, restringindo terceirização a “exames complementares”.

Ainda que existam entendimentos do TCU admitindo a definição de percentuais e vedando a subcontratação total ou do núcleo do objeto, isso não torna automático o percentual de 20%. Percentual rígido precisa ser justificado com base em:

- gestão de riscos e controle de qualidade,
- características do mercado local/regional,
- viabilidade técnica e econômica do serviço,
- proporcionalidade entre a finalidade (garantir execução direta do núcleo do objeto) e o efeito prático da regra (redução do universo de interessados).

Se a Administração pretende sustentar que o limite de 20% é indispensável, deve demonstrar isso por motivação técnica robusta, preferencialmente ancorada nos documentos de planejamento mencionados (ETP, DFD, mapa de risco e estudos de mercado), com publicidade e rastreabilidade.

## **3) Efeito restritivo incompatível com a finalidade do credenciamento**

O credenciamento, por natureza, busca ampliar o rol de prestadores aptos, em condições padronizadas e não excludentes, de modo a garantir oferta, continuidade e pluralidade.

Uma restrição de subcontratação excessivamente rígida, especialmente quando combinada com exigências adicionais e com ausência de prazo adequado para adaptação, tende a produzir efeito inverso: reduz a entrada de novos prestadores e concentra a prestação em quem já detém estrutura completa instalada, o que é potencialmente incompatível com a finalidade do instituto.

#### **4) Necessidade de esclarecimentos vinculantes sobre a cláusula de subcontratação**

Mesmo com respostas, permanecem pontos que exigem esclarecimento formal e vinculante no texto consolidado, para evitar dúvidas e autuações indevidas:

- como será definida, de forma objetiva, a fronteira entre “serviço principal” e “exames complementares” aptos à terceirização,
- como será feita a apuração do percentual por “quantidade de exames” e seu período de aferição,
- como se tratará variação de demanda que possa elevar temporariamente o volume terceirizado,
- qual o procedimento e prazo de aprovação da lista de terceirizados e suas alterações.

Sem essas amarras no edital consolidado, a cláusula vira um mecanismo de risco regulatório ao credenciado, com margem de interpretação e potencial indeferimento/descredenciamento por critérios oscilantes.

#### **5) Prazo de 30 dias corridos: proporcionalidade e viabilidade concreta**

Estabelecidas regras novas e mais rígidas, especialmente a limitação de subcontratação, é materialmente inviável exigir adequação operacional e documental em janela curta. A Administração não pode exigir “mudança de modelo” sem conceder tempo mínimo compatível para:

- revisão de cadeia de exames, fluxos e contratos,

- adequação documental e técnica,
- eventuais ajustes sanitários e de responsável técnico,
- reorganização de capacidade instalada e logística.

Por isso, o prazo mínimo de **30 dias corridos** contados da publicação da **retificação consolidada** é medida de prudência administrativa, isonomia e efetividade do credenciamento.

#### IV. PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. **O conhecimento e provimento do recurso**, com **reconsideração** da decisão que indeferiu a impugnação, para determinar a publicação de **RETIFICAÇÃO CONSOLIDADA** do Edital nº 001/2026, incorporando correções e entendimentos oficiais que alteram a interpretação das regras, especialmente sobre subcontratação e demais condições operacionais.

2. Determinar a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO** para apresentação/inserção de toda a documentação de credenciamento por, no mínimo, **30 (trinta) dias corridos**, contados **exclusivamente** da **data de publicação da retificação consolidada**, como marco formal único.

3. Quanto à cláusula de subcontratação (limite de 20%), requer:

3.1) **esclarecimento vinculante** e inserção no texto consolidado de critérios objetivos, incluindo:

- definição do que será considerado “núcleo do objeto” e “exames complementares”,
- procedimento de apuração do percentual (por quantidade), período de aferição e tratamento de oscilações,
- procedimento e prazo de aprovação/atualização da lista de exames terceirizados;

3.2) caso mantido o limite de 20%, a apresentação de **motivação técnica robusta** do percentual, com disponibilização dos documentos de planejamento que embasem a restrição (ETP, DFD, mapa de riscos e estudo de mercado, se citados no processo).

4. A suspensão do edital até o julgamento do presente recurso.

5. Por cautela, requer-se que, até a publicação da retificação consolidada e a concessão do **prazo mínimo de 30 dias**, sejam evitados atos que consolidem situação restritiva, preservando isonomia, ampla participação e a finalidade do credenciamento.

Termos em que,

Pede deferimento.

Presidente Olegário/MG, 27 de janeiro de 2026.

**Viva Mais Clínica de Saúde Ltda.**

**CNPJ nº 55.317.379/0001-18**